

NOME DO CANDIDATO	ASSINATURA DO CANDIDATO	RG DO CANDIDATO
-------------------	-------------------------	-----------------

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 08 (oito) páginas numeradas sequencialmente, contendo 40 (quarenta) questões objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (10 questões), Conhecimentos Gerais (10 questões), Conhecimentos Específicos (20 questões) e uma prova discursiva.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- VII. A resposta da Prova Discursiva deverá conter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas. Transcreva, com caneta azul ou preta, para a Folha de Respostas, no espaço da questão correspondente.
- VIII. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- IX. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- X. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XI. Você dispõe de 03h30m (três horas e trinta minutos) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- XII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 01 (uma) hora após seu início.
- XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!

DESTAQUE AQUI

GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO

Nome:	Assinatura do Candidato:	Inscrição:
-------	--------------------------	------------

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40										
<input type="checkbox"/>																								

RASCUNHO

Texto

No Brasil, entre o “pode” e o “não pode”, encontramos um “jeito”, ou seja, uma forma de conciliar todos os interesses, criando uma relação aceitável entre o solicitante, o funcionário-autoridade e a lei universal. Geralmente, isso se dá quando as motivações profundas de ambas as partes são conhecidas; ou imediatamente, quando ambos descobrem um elo em comum banal (torcer pelo mesmo time) ou especial (um amigo comum, uma instituição pela qual ambos passaram ou o fato de se ter nascido na mesma cidade). A verdade é que a invocação da relação pessoal, da regionalidade, do gosto, da religião e de outros fatores externos àquela situação poderá provocar uma resolução satisfatória ou menos injusta. Essa é a forma típica do “jeitinho”. Uma de suas primeiras regras é não usar o argumento igualmente autoritário, o que também pode ocorrer, mas que leva a um reforço da má vontade do funcionário. De fato, quando se deseja utilizar o argumento da autoridade contra o funcionário, o jeitinho é um ato de força que no Brasil é conhecido como o “Sabe com quem está falando?”, em que não se busca uma igualdade simpática ou uma relação contínua com o agente da lei atrás do balcão, mas uma hierarquização inapelável entre o usuário e o atendente. De modo que, diante do “não pode” do funcionário, encontra-se um “não pode do não pode” feito pela invocação do “Sabe com quem você está falando?”. De qualquer modo, um jeito foi dado. “Jeitinho” e “Você sabe com quem está falando?” são os dois polos de uma mesma situação. Um é um modo harmonioso de resolver a disputa; o outro, um modo conflituoso e direto de realizar a mesma coisa. O “jeitinho” tem muito de cantada, de harmonização de interesses opostos, tal como quando uma mulher encontra um homem e ambos, interessados num encontro romântico, devem discutir a forma que o encontro deverá assumir. O “Sabe com quem está falando?”, por seu lado, afirma um estilo em que a autoridade é reafirmada, mas com a indicação de que o sistema é escalonado e não tem uma finalidade muito certa ou precisa. Há sempre outra autoridade, ainda mais alta, a quem se poderá recorrer. E assim as cartas são lançadas.

(DAMATTA, Roberto. O modo de navegação social: a malandragem e o “jeitinho”. O que faz o Brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. P79-89, (Adaptado) .

- 1) Ao afirmar ‘No Brasil, entre o “pode” e o “não pode”, encontramos um “jeito”, para a sustentação da sua tese o autor faz uso de duas estratégias argumentativas que podem ser identificadas como:
 - a) exemplificação e repetição de ideias.
 - b) postura objetiva e desconstrução de tese.
 - c) generalização e inclusão do emissor no discurso.
 - d) autoquestionamento e conformidade.
- 2) Ao estabelecer uma distinção entre o “Jeitinho” e o “Você sabe com quem está falando?”, o autor mostra que, em sua opinião, ambos são:
 - a) práticas que fazem uso da hierarquização como mecanismo de obtenção de benefícios.
 - b) formas de evidenciar uma crítica clara aos sistemas das instituições em geral.
 - c) meios regulamentados que solicitam a denúncia dos envolvidos nas práticas.
 - d) estratégias diferenciadas que visam a driblar regras ou mecanismos protocolares.

Considere o fragmento abaixo para responder às questões 3, 4 e 5 seguintes.

“A verdade é que a invocação da relação pessoal, da regionalidade, do gosto, da religião e de outros fatores externos àquela situação poderá provocar uma resolução satisfatória ou menos injusta.”

- 3) Em períodos mais longos, deve-se reforçar o cuidado para a análise de suas partes. Nesse sentido, percebe-se que a segunda oração é subordinada à primeira e deve ser classificada como:
 - a) substantiva predicativa.
 - b) adverbial concessiva.
 - c) adjetiva restritiva.
 - d) adverbial causal.
- 4) A locução verbal destacada no trecho permite inferir, por parte do enunciador, uma expressão de:
 - a) possibilidade.
 - b) submissão.
 - c) desinteresse.
 - d) convicção.
- 5) Cumprem papel caracterizador, podendo ser classificados como adjetivos, todos os vocábulos abaixo, **EXCETO**:
 - a) “pessoal”.
 - b) “externos”.
 - c) “menos”.
 - d) “injusta”.
- 6) Em “**Há** sempre outra autoridade, ainda mais alta”, o emprego do singular na forma verbal em destaque deve-se:
 - a) à impessoalidade do verbo “haver” no contexto.
 - b) à concordância entre o verbo e o sujeito “autoridade”.
 - c) ao emprego do advérbio sempre com sentido atemporal.
 - d) ao sujeito desinencial subentendido pelo verbo “haver”.
- 7) Na última frase do texto, o autor faz uso de uma ideia que confere à conclusão um sentido figurado que deve ser entendido como uma:
 - a) hipérbole.
 - b) metáfora.
 - c) antítese.
 - d) prosopopeia.
- 8) No fragmento “Um é um modo harmonioso de resolver a disputa; o outro, um modo conflituoso e direto de realizar a mesma coisa.”, o autor faz uso das construções em destaque que se encontram em paralelismo sintático. A estratégia coesiva ilustrada nesse procedimento é o emprego de:
 - a) um termo sinônimo, equivalente.
 - b) uma expressão de sentido mais abrangente.
 - c) um hipônimo de caráter mais específico.
 - d) uma nominalização de forma verbal.
- 9) No início do texto, o emprego da vírgula que segue a expressão “No Brasil” deve ser justificado por tratar-se de:
 - a) uma oração intercalada.
 - b) um aposto ilustrativo de lugar.
 - c) um objeto anteposto ao verbo que complementa.
 - d) um adjunto adverbial deslocado da ordem direta.

10) No trecho “A verdade é que a invocação da relação pessoal”, aponta-se uma “verdade” que se propõe inquestionável. Esse sentido é atribuído em função do seguinte recurso linguístico:

- a) a conjunção “que”.
- b) a ausência de vírgulas.
- c) o primeiro artigo definido.
- d) a omissão do sujeito.

CONHECIMENTOS GERAIS

11) Em janeiro de 2018, um país europeu assumiu pela primeira vez na história a presidência semestral do Conselho da União Europeia (EU). O país em questão, que presidirá o Conselho de janeiro a junho/2018, é:

- a) Bulgária
- b) Portugal
- c) Noruega
- d) Croácia

12) O acordo firmado entre países europeus que entrou em vigor em 1995, que é um dos mais importantes pilares da União Europeia (EU), e que trata sobre uma política de abertura de fronteiras entre os países signatários e permite a livre circulação de pessoas denomina-se Acordo de:

- a) Maastricht
- b) Roma
- c) Lisboa
- d) Schengen

13) “Um novo ataque de sequestro de dados (ransomware) afetou países do Leste Europeu na manhã desta quarta-feira, 25, e começa a se espalhar pelo mundo. O ataque afetou as redes do aeroporto de Odessa, na Ucrânia, do metrô de Kiev e alguns bancos russos, reportaram empresas de segurança e o banco central russo. Além disso, já há casos afetando computadores em países como Turquia, Alemanha, EUA e Coreia do Sul.”

(Fonte: O Estadão - 25/10/2017 - adaptado)

O nome do vírus responsável pelo ataque cibernético mencionado no texto acima, que afetou países do Leste Europeu em 25/10/2017, é:

- a) Wanna Cry
- b) NotPetya
- c) Bad Rabbit
- d) Lazarus

14) O presidente Juan Manuel Santos, empossou nesta segunda-feira (15) os magistrados do sistema especial de justiça surgido do acordo de paz com a ex-guerrilha FARC e que julgará os crimes mais graves do conflito armado. “Alcançamos um modelo sem impunidade para os crimes internacionais e contra a humanidade, que também respeita nossa Constituição e nossas leis, e os tratados internacionais sobre o tema”, assinalou o presidente durante a cerimônia na sede do governo.

(Fonte - Revista Isto É - 15.01.18 - adaptado)

FARC é um grupo guerrilheiro criado em 1964, por Pedro Antonio Marín (também conhecido como Manuel Marulanda Vélez), que desenvolveu suas atividades na/no:

- a) Equador
- b) Colômbia
- c) Venezuela
- d) Chile

15) “Ser relator da Lava-jato mexeu na rotina do ministro que mantinha hábitos simples e era de poucos holofotes. O novo relator, que ocupa hoje o gabinete que era de Teori Zavaski, ex-relator da Lava-jato que morreu na queda de um avião, não pode mais almoçar com os funcionários no bandeirão do STF, está sempre com seguranças, viaja menos para ver a família, e tem tido menos tempo para ler algo que não seja relacionado com o maior caso de corrupção do país.”

(Fonte - Globo CBN - 01/06/2017)

O relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal mencionado no texto, que substituiu Teori Zavaski, é:

- a) Luiz Fux
- b) João Pedro Gebran Neto
- c) Luiz Edson Fachin
- d) José Antonio Dias Toffoli

16) Em 2018, o governo quer conceder à iniciativa privada a exploração do turismo em três parques nacionais. Hoje, apenas quatro parques brasileiros contam com esse tipo de serviço. O primeiro parque nacional no Brasil com manutenção e serviços concedidos à iniciativa privada é o:

- a) Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha
- b) Parque Nacional do Iguaçu
- c) Parque Nacional da Chapada Diamantina
- d) Parque Nacional da Serra da Capivara

17) “A Prefeitura de Manaus decretou situação de emergencial social devido ao intenso processo de imigração dos indígenas da etnia Warao para capital amazonense. Grupos estão acampados em viaduto e na Rodoviária de Manaus. A crise econômica e a falta de alimentos fizeram com que indígenas nativos deixassem o seu país. Mais de 400 índios estão na capital do Amazonas.”

(Fonte - Globo CBN - 01/06/2017 – ADAPTADO)

Os indígenas da etnia Warao que estão imigrando para o Brasil, estão fugindo da crise político-econômica de seu país de origem que é:

- a) A Venezuela
- b) O Equador
- c) A Guiana Francesa
- d) O Suriname

18) “Além do escândalo de doping envolvendo atletas russos e a crise da baixa venda de ingressos, o Comitê organizador da Olimpíada de Inverno de 2018, tem outra grande preocupação: o frio. De acordo com os organizadores do evento, que iniciará em fevereiro, a abertura da competição será a mais fria dos últimos 20 anos.”

(Fonte: IG Esportes - 08/12/2017 - adaptado)

Os Jogos Olímpicos de Inverno de 2018 ocorreram em:

- a) Sapporo, Japão
- b) Pequim, China
- c) Sóchi, Rússia
- d) PyeongChang, na Coreia do Sul

19) “O empresário e idealizador do Instituto Inhotim, Bernardo Paz, foi condenado a nove anos e três meses de prisão por lavagem de dinheiro. A irmã dele, Virgínia Paz, foi condenada pelo mesmo crime a cinco anos e três meses, em regime semiaberto. O Instituto é um dos maiores museus a céu aberto do mundo, sede de um dos acervos de arte contemporânea mais importantes do Brasil.”

(Fonte: G1 - 16/11/2017 - Adaptado)

O Instituto Inhotim, fundado em 2006, localiza-se no estado brasileiro:

- a) Da Bahia
- b) Do Acre
- c) De Minas Gerais
- d) Do Rio Grande do Sul

20) O brasileiro Luiz Gabriel Tiago é um dos indicados de 2018 para um prêmio internacional muito importante, por criar o projeto Pontinho de Luz que atua no combate à fome em regiões de alta vulnerabilidade.

Pontinho de Luz é uma rede de solidariedade que conta com 35 mil pessoas, responsáveis por ações sociais realizadas no Brasil e no exterior, com recursos arrecadados por treinamentos e doações.

O prêmio para o qual Luiz Gabriel Tiago recebeu a indicação para o ano de 2018 é:

- a) O prêmio Here For Good
- b) O prêmio Indira Gandhi
- c) O prêmio Mundial de Alimentação
- d) O prêmio Nobel Da Paz

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) A principal fonte de receita das Administrações Públicas se dá pela via dos tributos. Trata-se de uma prerrogativa garantida aos Entes Políticos pela Constituição Federal para que a sua estrutura possa ser mantida e direitos sociais atendidos. Por essa razão a Constituição Federal no Capítulo I, do seu Título VI, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional. A partir dessas considerações, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Somente a União Federal possui competência constitucional para a instituição de impostos
- b) A progressividade tributária se dá para que possa ser aumentada a carga tributária, por meio da majoração da alíquota, na medida em que a base de cálculo tributável for maior
- c) Os impostos nunca terão caráter pessoal e, portanto, devem observar rigorosos critérios objetivos para sua instituição, sem qualquer observância à capacidade econômica do contribuinte
- d) Somente Estados e Municípios podem instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição

22) A Constituição Federal brasileira de 1988 trouxe a previsão de uma série de direitos e garantias para os cidadãos em diversas matérias. Para o Direito Tributário existem, no texto constitucional, as limitações ao poder de tributar. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) É vedado à União, sem qualquer hipótese de exceção, aumentar tributo independente de lei
- b) O Estado pode cobrar tributo com relação a fato gerador que tenha ocorrido antes do início da vigência da lei que o houver instituído
- c) É vedado a União, Estados, Distrito Federal e aos Municípios instituírem tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente
- d) O tributo pode ser utilizado como instrumento de confisco

23) Tamanha a relevância do instituto “tributo” para o Direito que o Código Tributário Nacional dedicou o seu art. 3º exclusivamente para conceituá-lo. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) há tributos consistentes em prestação pecuniária e outros em obrigações de fazer, como servir de mesário nas eleições quando convocado
- b) a cobrança do tributo decorre de atividade administrativa plenamente vinculada
- c) são três as espécies tributárias – impostos, taxas e contribuições de melhoria –, e as contribuições e os empréstimos compulsórios, embora tratados pela Constituição no capítulo do sistema tributário nacional, não têm natureza tributária, não estando sujeitos às limitações constitucionais ao poder de tributar
- d) a denominação adotada por lei é determinante para a identificação da espécie tributária (natureza jurídica específica do tributo)

24) Dada a relevância que o tributo tem para todo o sistema financeiro nacional o legislador pátrio teve o zelo de trazer no art. 3 do código tributário nacional um conceito para o supracitado instituto. O enunciado normativo enumera elementos que são intrínsecos ao conceito de tributo. Nesse, contexto, assinale a alternativa correta:

- a) O tributo deve ser uma sanção pecuniária em razão da prática de um determinado fato gerador e, também, em casos de prática de ilícitos tributários
- b) Por ser uma prestação compulsória pecuniária em moeda ou em valor que nela possa se exprimir, o tributo pode se dar por meio da doação de bens móveis ou pela prestação de serviços para a administração pública
- c) O pagamento de tributo não é compulsório, podendo ser optado por discricionariedade do contribuinte a depender do caso
- d) A instituição de tributo depende, via de regra, de lei prévia

25) A Constituição Federal delimita, de forma detalhada, a competência tributária de cada um dos Entes Políticos. Neste sentido, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- () A União não poderá instituir contribuição de melhoria em razão da valorização imobiliária decorrente da obra pública, haja vista que apenas os municípios têm competência para instituir o referido tributo.
- () O ente tributante, ao instituir contribuição de melhoria, deve respeitar como limite individual o acréscimo de valor decorrente da valorização imobiliária resultante de obra pública.
- () As taxas têm fato gerador específico e base de cálculo diversa à dos impostos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V F V V
- b) F F V V
- c) F V V V
- d) V V F F

26) O Direito brasileiro subdivide as espécies tributárias para que possa ser viabilizada sua identificação e classificação. Neste sentido, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência e, neste último caso, a devolução do valor arrecadado poderá ser feita em títulos da dívida pública
- b) Imposto consiste em tributo cujo fato gerador representa situação que depende de uma atividade estatal específica em relação ao contribuinte
- c) Em que pese o CTN indicar que existem apenas três espécies de tributo, o STF consagrou o entendimento de que o sistema tributário nacional abrange os impostos, taxas, contribuições de melhorias, empréstimos compulsórios e contribuições especiais
- d) A contribuição de melhoria, cujo fato gerador é o gasto público com obra realizada nas proximidades do imóvel, pode ser instituída pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios

27) O Município de Divinópolis/MG concluiu recentemente a obra de construção de sua nova sede administrativa no centro da cidade o que trouxe, para essa região, uma significativa valorização imobiliária, sobretudo para fins comerciais e residenciais. Quanto aos reflexos de tal valorização para a cobrança de eventual contribuição de melhoria e, ainda, qual seu impacto na incidência do ITBI, assinale a alternativa correta:

- a) A contribuição de melhoria não poderá ser cobrada por se tratar de espécie tributária inexistente no direito brasileiro e, quanto ao ITBI, somente poderá ser apurada a valorização dos imóveis que se beneficiaram da obra pública em caso de vendas futuras e posteriores a sua conclusão
- b) Se houver previsão legal, poderá ser feita a cobrança de contribuição de melhoria adotando-se como parâmetro geral, o custo total da obra e como parâmetro individual, a efetiva valorização do imóvel de cada contribuinte; com relação ao ITBI a valorização poderá ser aplicada na base de cálculo do tributo quando da realização de novos fatos geradores, ou seja, posteriores a conclusão da obra
- c) Poderá ser feita a cobrança da contribuição de melhoria por ser uma das três espécies tributárias previstas no art. 5 do CTN e não haverá impacto algum no ITBI, vez que a base de cálculo do ITBI será apenas o valor venal do imóvel que, uma vez instituído, não pode ser modificado pelo Município, nem mesmo em caso de significativa valorização imobiliária
- d) Poderá ser feita a cobrança de contribuição de melhoria diante da valorização dos imóveis mas não há qualquer relação entre esse tributo e o custo total da obra pública; não haverá reflexo no ITBI já que a alteração de sua base de cálculo somente se dá quando há mudança expressa em lei atualizando a planta de valores imobiliários do município

28) O fato gerador dos tributos deve observar às hipóteses previstas em lei que autorizam aos respectivos Ente Políticos realizarem a cobrança dos tributos. Neste sentido, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica
- b) O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana e rural do Município
- c) O imposto, de competência da União, sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados tem como fato gerador a saída destes do território nacional
- d) O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no território nacional

29) A capacidade tributária diz respeito às condições para que determinada pessoa figure no polo passivo de uma relação jurídica tributária. Sobre esse tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais
- b) A capacidade tributária passiva depende de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios
- c) A capacidade tributária passiva, no caso das pessoas jurídicas, impõe que estas estejam formalmente constituídas mediante registro na Junta Comercial
- d) Para a capacidade tributária passiva de uma pessoa jurídica basta que ela configure uma unidade econômica ou profissional

30) A função social da propriedade é um dos princípios constitucionais previstos na Constituição Federal de 1988. A Carta Magna, objetivando sua efetiva aplicação inseriu, textualmente, uma previsão para que – pela via do tributo – seja onerado o cidadão que não der função social à sua propriedade. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) É facultado ao Estado, mediante decreto, aplicar alíquota progressiva de IPTU para o proprietário de imóvel urbano não edificado e não utilizado
- b) É vedado ao Município, em razão da não utilização de um imóvel urbano, aplicar alíquota progressiva de IPTU
- c) O Poder Público Municipal, mediante lei específica, pode instituir uma hipótese de IPTU com alíquota progressiva em razão da não utilização e não edificação de imóvel urbano
- d) A função social da propriedade deve ser observada apenas em imóveis rurais, não sendo aplicada, em matéria tributária, para os imóveis urbanos

31) O parágrafo primeiro do art. 32 do CTN traz requisitos que servem para a definição de uma área como sendo urbana e, portanto, não rural. Isso se dá mediante a indicação de um rol de melhoramentos públicos. Tal dispositivo é fundamental para a caracterização do fato gerador do IPTU. Diante de tais esclarecimentos, assinale a alternativa correta:

- a) para ocorrência do fato gerador do IPTU basta estar presente um dos melhoramentos indicados no parágrafo primeiro do art. 32 do CTN
- b) para ocorrência do fato gerador do IPTU devem estar presentes todos os melhoramentos indicados no parágrafo primeiro do art. 32 do CTN
- c) a existência de melhoramentos públicos é irrelevante para a cobrança de IPTU, podendo o Município, mediante lei, instituir a cobrança do tributo mesmo para imóveis que não sejam beneficiados por melhoramento algum e que se situem em zona rural
- d) O parágrafo primeiro do art. 32 do Código Tributário Nacional define que a zona urbana será definida pela lei municipal mas deve-se observar, como requisito mínimo, a existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos do dispositivo legal

32) A Igreja XYZ alugou parte de uma de suas instalações para uma escola particular pelo valor de R\$ 1.500,00 por mês. O produto do aluguel é todo destinado para a manutenção das atividades religiosas da Igreja XYZ. A prefeitura do município onde se localiza a Igreja XYZ, notificou-a para que fosse promovido o pagamento do imposto predial e territorial urbano da área locada. A cobrança de IPTU nesse caso é [...]. Assinale a alternativa correta.

- a) indevida porque, ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU do imóvel pertencente a igreja, na medida em que o valor dos aluguéis é aplicado nas atividades para as quais foi constituída
- b) devida, pois a locação é atividade regida pelo direito privado que em nada se confunde com as atividades essenciais da igreja
- c) devida porque, na medida em que a igreja celebrou contrato de locação, a imunidade de que gozava em relação ao imposto deixa de se justificar
- d) indevida porque quem deve arcar com o imposto é a escola locatária em razão do contrato celebrado com a igreja

33) Sobre o fato gerador do Imposto de Propriedade e Territorial Urbana — IPTU é CORRETO afirmar que:

- a) O fato gerador do IPTU se dá somente em razão da propriedade do imóvel devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis
- b) O fato gerador do IPTU é a posse, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na lei de Diretrizes Orçamentárias
- c) O fato gerador do IPTU é a manutenção de terrenos e imóveis efetivamente habitados
- d) O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil

34) Sobre a base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () a base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.
- () o contribuinte do ITBI será sempre o adquirente do imóvel objeto da negociação imobiliária.
- () ITBI incide em todas as hipóteses de incorporação de imóveis no capital social de pessoa jurídica.
- () O ITBI devido por determinado imóvel que, posteriormente, venha a ser arrematado em hasta pública, sub-rogar-se-á sobre o respectivo preço da arrematação.

Assinale a alternativa que apresenta, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V F F F
- b) V V F F
- c) V V F V
- d) F V V F

35) As taxas são tributos de natureza vinculada e se revelam como um relevante instrumento de custeio de inúmeros serviços públicos. Dentro desse contexto, é correto afirmar que:

- a) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte, caso contrário sua cobrança é ilegal
- b) A taxa não pode ser cobrada em razão de poder de polícia por não encontrar hipótese constitucional de sua incidência
- c) Taxas podem ser cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos específicos e divisíveis. Neste último caso a utilização dos serviços não precisa ser efetiva, mas basta que esteja a disposição do contribuinte
- d) As taxas em razão de serviços públicos somente podem ser cobradas pelos Municípios

36) O art. 77 do Código Tributário Nacional define – em linhas gerais – que as taxas tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público. Em seu art. 79, no entanto, o Código Tributário Nacional define detalhadamente quais são os serviços sujeitos a incidência do tributo. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

- a) pode ser cobrada taxa em razão de serviço público que não tenha sido efetivamente prestado e que também não esteja posto a disposição do contribuinte, sob nenhuma forma
- b) o serviço público para ensejar a cobrança de taxa deve, necessariamente, ser usufruído pelo contribuinte no momento de sua prestação ou em momento posterior
- c) Para a cobrança de taxa o serviço não pode ser geral, mas específico, ou seja, deve ser destacado em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas
- d) É possível, por exemplo, a instituição de taxa de limpeza de praças públicas pelo Município de Divinópolis/MG, pois se trata de uma hipótese de serviço indivisível, o que é autorizado pela legislação tributária pátria

37) A respeito do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é CORRETO afirmar que:

- a) O ISSQN possui previsão positivada no Código Tributário Nacional
- b) O ISSQN incide sobre exportações de serviços ao exterior
- c) O ISSQN incide sobre prestações de serviços decorrentes da relação de emprego
- d) O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do país

38) De acordo com o Código Tributário Municipal, sobre a fiscalização tributária no âmbito do Município de Divinópolis/MG é correto afirmar que:

- a) Da lavratura da notificação fiscal será intimado o sujeito passivo preferencialmente por edital
- b) Da lavratura da notificação fiscal o sujeito passivo poderá ser intimado de forma pessoal, por via postal ou por edital
- c) A exigência do crédito tributário não dependerá de formalização por meio de notificação fiscal, podendo se dar verbalmente pelo agente público competente
- d) Após a notificação fiscal o sujeito passivo conta com prazo de 20 (vinte) dias para pagamento, sem direito a opor qualquer espécie de reclamação ao lançamento

39) Conforme regulado pelo Código Tributário Municipal de Divinópolis/MG, com relação ao Auto de Infração, assinale a alternativa correta.

- a) O contribuinte ou responsável que não concordar com o Auto de Infração poderá impugná-lo no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da intimação, instruindo sua defesa com os comprovantes de que dispuser, podendo solicitar, caso interesse, a requisição de cópias de documentos em poder da Administração
- b) Não há, no processo administrativo tributário instaurado com a impugnação, qualquer hipótese de realização de prova pericial
- c) É dispensada a intimação do contribuinte do teor do auto de infração
- d) A assinatura do contribuinte no auto de infração importa na confissão do débito tributário

40) A legislação tributária municipal traz o regramento de como funciona a fiscalização e o desenvolvimento dos processos administrativos tributários. Dentro desse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) O processo administrativo tributário municipal conta com apenas uma única instância julgadora
- b) O contribuinte não pode ser representado no processo administrativo tributário municipal, devendo nele intervir sempre pessoalmente
- c) Os órgãos julgadores administrativos não possuem competência para realizarem declaração de inconstitucionalidade de lei
- d) A decisão administrativa irrecorrível proferida em desfavor do contribuinte impede que a mesma matéria seja objeto de discussão pela via judicial

QUESTÃO DISCURSIVA

Transcreva a resposta da questão discursiva de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

A Construtora DWH, sob o regime de incorporação imobiliária e às suas próprias expensas, construiu um edifício residencial com 60 apartamentos em um terreno de 2000 m² (dois mil metros quadrados) de sua propriedade, situado no Município de Divinópolis/MG.

Após a conclusão das obras, foi expedido o respectivo habite-se pelo Município em favor da empresa construtora e, assim, no dia 01.01.2017, concluído o registro definitivo de todos os apartamentos em seu nome, mediante a abertura de matrículas autônomas para cada um deles perante o Cartório de Registro Geral de Imóveis e, da mesma forma, com a abertura dos cadastros imobiliários de cada um dos apartamentos perante a Administração Fazendária Municipal.

Após essa data, então, a Construtora DWH deu início à venda dos apartamentos.

A Construtora DWH vendeu todas as unidades no curso do ano de 2017. Ocorre que em uma das vendas, referente ao apartamento nº 501, ao invés de ter sido lavrada escritura pública de compra e venda e promovido seu registro, a empresa celebrou um instrumento particular de compra e venda, em 01.04.2017, com o Sr. Manoel Dias, dando a ele o prazo de 24 meses para pagamento do preço ajustado, período após o qual, com a quitação do valor, deverá ser lavrada a escritura pública de compra e venda.

Em razão disso, diferente do que ocorreu com todas as outras vendas, não houve atualização perante o cadastro imobiliário do Município com relação a titularidade do apartamento nº 501, mantendo o mesmo em nome da Construtora DWH.

Diante desses fatos e tendo em vista o que disciplina a legislação tributária com relação ao fato gerador do IPTU e do ITBI, responda as questões abaixo:

- a) Quem é, ou quais são, o(s) responsável(eis) pelo IPTU devido pelo apartamento nº 501 com relação ao exercício fiscal do ano de 2018 (1º de janeiro de 2018), levando-se em consideração que, até essa data, não houve a transmissão, perante o registro imobiliário, do apartamento em favor do Sr. Manoel Dias? Fundamente sua resposta.
- b) Caso o Sr. Manoel Dias atualize o cadastro imobiliário da Administração Fazendária Municipal mediante apresentação, unicamente, do instrumento particular de compra e venda, para que no cadastro passe a constar apenas em seu nome o apartamento nº 501, poderá a Construtora DWH ainda ser demandada pelo IPTU de 2018? Fundamente sua resposta.
- c) Com relação as vendas realizadas pela Construtora DWH das demais unidades, mediante escritura pública de compra e venda, há a incidência do ITBI? Fundamente sua resposta.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO